

A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina *Prática Pedagógica – Prática de Ensino* de uma turma de alunos cegos e com baixa visão

Gárdia Maria Santos de Vargas*

Resumo:

Cada vez mais a formação universitária tem sido alvo de cobrança para o desenvolvimento profissional e a obtenção de um emprego melhor para todas as pessoas. Esse fato leva ao questionamento do caráter inclusivo da universidade. Para tanto, torna-se necessário pensarmos mecanismos que tornem possível o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino superior. Neste relato apresento a experiência de uma turma de alunos com cegueira e baixa visão que concluíram o Curso de Pedagogia. Esse tipo de experiência nos possibilita pensar como podemos garantir um ensino de qualidade e uma formação profissional para essas pessoas. Outro aspecto apresentado é como o processo de inclusão pode colaborar para repensarmos as práticas realizadas dentro da universidade.

Palavras-chave:

Deficientes-Educação. Ensino superior. Inclusão social. Cegos-Educação.

* Mestre em Educação pela UFSC.

Inclusion in higher education: the experience of the course *Pedagogical Practice/Teaching Practice* of a group of blind or vision-impaired students

Abstract:

University education increasingly has become a requirement for professional development and the achievement of a better job for all people. This fact led to a questioning of the inclusionary character of the university. To conduct this questioning, it was necessary to consider mechanisms that make possible access and permanence of people with special educational needs in higher education. This report presents the experience of a group of blind and vision-impaired students who completed the pedagogy course. This experience allows us to consider how we can guarantee quality education and professional training for people with special needs. The article also discusses how the inclusion process can help to reconsider certain common university practices.

Key words:

Special needs-Education. High education. Social Inclusion. The blind-education.

Muito se tem discutido nas duas últimas décadas sobre integração/inclusão das pessoas consideradas deficientes no ensino regular. Por muito tempo o foco dessa discussão foi a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Inclusive é comum percebermos um grande incorporamento por parte das escolas de um discurso de trabalho voltado às diferenças.

Fica claro que ainda precisamos avançar muito nessa questão. Pois a idéia de evoluirmos do termo *integração* para o de *inclusão* é exatamente porque *inclusão* significa e trás implícito a idéia de uma escola que se adapte às necessidades de seus alunos, enquanto *integração* significa a adaptação dos alunos a uma instituição e suas normas e fazeres, para que seja legítima a permanência do mesmo.

O fato de que o Ensino Superior é cada vez mais acessível e a formação universitária, cada vez mais essencial para o desenvolvimento profissional e a obtenção de um emprego melhor leva ao questionamento sobre o caráter inclusivo da universidade. No caso deste trabalho, a necessidade de se criar mecanismos que possibilitem o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais no Ensino Superior.

Para que seja possível acontecer a tão esperada inclusão na universidade é preciso que se tenha clareza dos fatores que estão envolvidos na relação desses alunos com a instituição. É preciso, pois, que fique claro que o reconhecimento de direitos iguais a todos deve estar presente e deve ser colocado em prática através do reconhecimento de que direito a igualdade implica em diferença de tratamento, pois é preciso considerar e assegurar as necessidades educativas para esses alunos. “Pensar no diferente não significa unicamente atribuir ao sujeito mais ou menos capacidades e possibilidades. Significa, sim, deixar de lado parâmetros estabelecidos e trabalhar a partir do que seja ‘diferente’; proporcionando, assim, atendimento especializado para aqueles que dele precisarem.” (VARGAS, 2004, p. 24)

Vale ressaltar, que a presente discussão é bastante nova, apresentando ainda uma grande necessidade de estudos e pesquisas. Dentro dessa perspectiva é que faço aqui o relato da experiência vivenciada por mim como professora da disciplina *Prática Pedagógica / Prática de Ensino* – o chamado “estágio” – de uma turma de alunos cegos e com baixa visão que estão concluindo o curso de Pedagogia. Trata-se de uma turma de alunos com histórico de cegueira e alguns com baixa visão que tiveram garantias de acesso ao curso de Pedagogia na modalidade a distância.

Quando falamos em inclusão, precisamos ter claro que essa discussão envolve “um processo espontâneo e subjetivo que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos” (GLAT, 1998, p. 16); e, desta forma, deve considerar as necessidades envolvidas que possibilitam um resultado positivo desse processo em relação ao ensino e aprendizagem dos alunos incluídos.

Outro aspecto relevante que a discussão a cerca da inclusão no ensino superior aponta é a necessidade de se refletir e problematizar a formação dos professores universitários. De que formas poderiam ser contempladas essas discussões na formação que recebem os profissionais que atuam na universidade, uma vez que são profissionais de várias áreas atuando em diferentes cursos.

Como registra Rodrigues (2004) escrevendo sobre o mesmo tema, a universidade reflete pouco sobre a pedagogia, as metodologias de ensino e sobre as causas de sucesso/insucesso dos seus alunos. A pedagogia e as metodologias de ensino são resultados das crenças pedagógicas dos professores, sendo as causas do eventual insucesso escolar associadas ou a níveis de ensino pré-universitários ou a fatores intra-individuais do aluno.

A inclusão desses alunos nos possibilita repensar as metodologias de ensino presentes na universidade. O processo ensino-aprendizagem ainda tem um caráter de transferência de informação e que requer para isso o uso de técnicas que servem de alicerce para esse tipo de prática, é difícil para o professor universitário pautar seu trabalho em um ensino significativo para seus alunos e se ver no processo como um mediador e aprendiz.

Nesse sentido estando no convívio com esses alunos é que vamos aprender a lidar com as chamadas *necessidades educativas especiais* e quem sabe encontrar novas estratégias de ensino.

A disciplina *Prática Pedagógica / Prática de Ensino* se divide em dois semestres, *I* e *II*. O primeiro contato com o grupo foi na disciplina *I*, que é mais teórica e tem por objetivo preparar para a *II* que será a prática de ensino propriamente dita. Muito se tem discutido acerca dessa disciplina, como e quando deveria acontecer no curso, se diluída ao longo dos anos de formação para que possibilite uma sustentação de formação teórico/prática, ou no final do curso como um fechamento à formação.

Embora as discussões sejam intensas, ainda é basicamente no *final* do curso, no último semestre, que acontece a segunda parte da disciplina, o chamado “estágio”, como um coroamento à formação docente. É o momento em que o estudante se torna professor e aplica todo o aprendizado dos anos anteriores, onde

exercita colocar a teoria proferida em prática, e por isso, o chamado *coroamento* final da formação acadêmica.

Muitos estudos têm apontado à necessidade de se rever essa etapa da formação docente, como registra Guarniere (2000, p. 9) “parte da aprendizagem da profissão docente só ocorre e só se inicia em exercício. [...] o exercício da profissão é condição para consolidar o processo de tornar-se professor.”

Dentro dessa perspectiva é que encontramos uma grande expectativa por parte dos alunos de Pedagogia em relação a esse momento da formação, expectativa essa que acaba por causar ansiedade e temores. Frente a esses aspectos é que ao se trabalhar a disciplina *Prática Pedagógica / Prática de Ensino I*, encontramos os alunos cheios de dúvidas – e com essa turma não foi diferente.

O trabalho com esses alunos foi muito interessante e instigante para mim, que fiquei, após os questionamentos que eles trouxeram, me perguntando como iriam fazer o estágio no ensino regular. Parecia para alguns professores que esses alunos deveriam estagiar numa instituição voltada a pessoas cegas – porque, *obviamente*, seriam professores de crianças com cegueira e baixa visão, e não professores de ensino regular.

Diferente disso era o desejo dos alunos, que já no início da aula me colocaram que queriam fazer o estágio no ensino regular. Concordando com os argumentos deles e acreditando que seria completamente possível – apesar de naquele momento não saber como – conduzimos o estudo da disciplina *I* já com esse encaminhamento.

Um fator importante situa-se na representação que se tem dos universitários como futuros profissionais. Segundo Rodrigues (2004), muitas das dificuldades de sucesso na universidade situam-se em nível das representações implícitas que os professores têm a respeito do campo profissional de seus alunos.

Quando há uma idéia específica formada do que seja ser um professor de séries iniciais, pode-se a partir daí não se acreditar na capacidade de alunos cegos e com baixa visão de realizar certas tarefas e conduzir um trabalho com crianças do ensino regular. Essa idéia formada não condiz com o que podemos observar, pois existem inúmeros perfis profissionais. E pode ainda influenciar na credibilidade em relação a esses alunos. Nesse sentido, uma contribuição que o processo de inclusão pode oferecer à universidade é proporcionar que reflita sobre a formação de seus alunos e do perfil profissional de seus cursos.

Lançado então o desafio surgiram os questionamentos: *como vamos realizar esse estágio? Vamos colocar os alunos em grupos? Quem sabe juntamos eles com uma turma de videntes em grupos de quatro pessoas? Quais as escolas que aceitaram essa turma?*

Muitas respostas que nós não tínhamos – até porque não somos cegos e não temos a experiência perceptiva da cegueira – os próprios alunos tinham. Não gostaram nem um pouco da idéia de constituírem grupos com outra turma de alunos videntes. Segundo eles já tinham uma identidade de grupo e não queriam abrir mão disso; queriam dentro das possibilidades deles realizar a prática de ensino em grupos constituídos apenas pela turma deles como seria no caso dos outros alunos do curso.

Nos estudos sobre inclusão, muito se fala *sobre* o professor e *sobre* o aluno e pouco se ouve a opinião dos mesmos, entretanto são as pessoas com cegueira e baixa visão que podem falar sobre suas experiências. É importante ouvi-los para que “possamos compreender como eles se vêem e como pensam a educação que recebem, seja para compreendermos o universo em que estão inseridos, seja para que denunciem sua condição, [...] e as possibilidades (necessidades) de uma Educação Inclusiva que, para eles, seja realmente significativa.” (NOGUEIRA, 2002, p. 4)

Em conjunto com os tutores da turma que trabalharam durante todo o curso e conheciam as possibilidades dos alunos, decidimos fazer grupos de três ou quatro alunos. Em cada um dos grupos teria um aluno com baixa visão ou vidente (na turma havia apenas um aluno vidente, os demais eram com baixa visão). E desta forma conduzimos o trabalho.

Em relação às escolas, algumas logo de início aceitaram e se mostraram receptivas, apesar de demonstrarem certa insegurança e de deixarem explícito a grande dúvida: *eles são capazes de dar aula e de vir a ser professores?*

Para responder logo de início essa dúvida, a primeira atividade feita nas escolas foi um momento coletivo com as turmas de ensino fundamental e todos os professores da instituição. Os alunos estagiários prepararam um encontro onde falaram sobre suas história de vida e sobre as atividades que fazem utilizaram para isso o recurso do vídeo apresentando atividades de vida de pessoas cegas e com baixa visão. Essa atividade foi muito importante, pois possibilitou aos alunos e professores das escolas conhecerem o universo das pessoas com cegueira e derrubar muitas idéias pré-concebidas a respeito dessas pessoas.

Após esse momento inicial demos seguimento ao trabalho e os alunos cumpriram todas as etapas da disciplina sem que se abrisse mão das exigências nor-

mais do curso. Porém, devido a suas especificidades, necessitaram fazer uma visita prévia aos locais de estágio para reconhecerem o espaço físico e adquirirem autonomia na locomoção. Esse trabalho de reconhecimento foi acompanhado pelo tutor da turma, que é vidente. Após essa etapa os alunos fizeram observação em sala de aula nas turmas onde seria realizada a prática de ensino e, a partir disso, escreveram o projeto de ação docente prática.

A ação docente prática tem, nesse curso, a duração de duas semanas de aula, onde os alunos devem reger a turma aplicando o projeto que elaboraram a partir das observações feitas. Foi um total de cinco grupos de estagiários, que atuaram em três escolas diferentes.

Estive visitando todos os grupos em cada uma das escolas e pude perceber que eles apresentavam dúvidas e necessidades iguais as dos outros alunos do curso de pedagogia.

Não posso negar – e isso eles próprios estão escrevendo em seus trabalhos de final de curso – que surgiram algumas dificuldades para eles em relação à sua condição. Mas vale ressaltar que essas dificuldades não surgiram somente por parte deles, mas também dos outros – videntes – por não terem o convívio com pessoas cegas e com baixa visão e partirem sempre da sua concepção de vidente do que seja não ver.

Quanto às crianças, o resultado foi ótimo. Não houve um grupo sequer que não aceitasse os alunos estagiários e o trabalho proposto por eles. Não vou negar que inicialmente existia a idéia de que as crianças poderiam não colaborar ou querer testar nossos alunos, pois vale ressaltar que para as crianças é algo realmente inédito esse convívio. Mas longe disso, a aceitação foi ótima e inclusive nos momentos em que houve dificuldades com os adultos da instituição, as crianças procuraram pelos estagiários e demonstraram confiança neles para juntos resolver o problema.

Poder pensar em ações e estratégias que nos levem a realizar com sucesso esse processo é a grande contribuição que pretendemos dar através da reflexão sobre esse nosso trabalho. Pois o que podemos afirmar é que esses alunos são catalisadores de práticas e valores novos e que podem estimular a reflexão sobre novas metodologias de ensino realizadas pela universidade.

Referências

- BECHE, R. C. E.; SILVA, S. C.; VARGAS, G. *Caderno Pedagógico Educação Especial e Aprendizagem*. Florianópolis: CEAD-UDESC, 2004.
- GUARNIERE, M. R. (Org.) *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- GLAT, R. *A integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- NOGUEIRA, M. L. A importância dos pais na educação segundo a percepção de universitários deficientes visuais. *Revista Benjamin Constant*, Rio de Janeiro, n. 23, dez. 2002. Disponível em: < http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez2002_Artigo_1.rtf >. Acesso em: maio 2005.
- RODRIGUES, David. A Inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. *Revista de Educação Especial UFSM*, Santa Maria, n .23, 2004.

Gárdia Maria Santos de Vargas

Rua Luis Voelcker, 245, Bairro Três Figueiras
Porto Alegre. CEP: 91330-190
E-mail: gardia.vargas@terra.com.br

Recebido em: 21/01/2006

Aprovado em: 02/03/2006